

## **Índice do livro Drogas e Cultura: Novas Perspectivas**

*Orelha:* Luiz Eduardo Soares

*Apresentação:* Gilberto Gil e Juca Ferreira

*Prefácio:* Julio Simões

*Introdução:* Beatriz Labate, Maurício Fiore and Sandra Goulart

### **Parte 1 – A história do consumo de drogas e a sua proibição no Ocidente**

1. Eduardo Viana Vargas (Antropologia – UFMG/NEIP) – “Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas”

O capítulo propõe uma genealogia das drogas enquanto objetos socio-técnicos que só podem ser compreendidos de forma relacional e não a partir de alguma origem ou essência primordial. Tomada dessa forma, a história das drogas não está apartada da dos fármacos e dos alimentos-drogas e do fascínio que as especiarias provocaram nos encontros modernos entre o Ocidente e o Oriente. O artigo questiona, assim, a partilha moral que, a partir do século XX, separou drogas e fármacos e, assim, estabeleceu limites entre o legal e o ilegal e entre o remédio e o veneno. Para o autor, essa partilha é produzida por um dispositivo das drogas num sentido próximo do que estabeleceu Foucault para a sexualidade, já que, mais do que apropriar-se da experiência do consumo de drogas, as sociedades contemporâneas literalmente criaram um fenômeno das drogas, por meio do duplo processo da invasão farmacêutica e da criminalização das drogas tornadas assim tornadas ilícitas.

2. Henrique Carneiro (História - USP/NEIP) – “Autonomia ou heteronomia nos estados alterados de consciência”

As drogas são produtos com definições e fronteiras conceituais definidas historicamente. No âmbito geral da cultura material, seus significados delimitam-se e interconectam-se com as esferas dos alimentos, das bebidas, das especiarias, e os seus efeitos, não apenas puramente farmacológicos, multiplicam-se numa gama ampla com consequências diversas na história das idéias dos significados médicos, econômicos, políticos, morais e simbólicos do conceito de droga. O uso de drogas psicoativas remete a uma crescente plasticidade da subjetividade humana que espelha-se em diversos meios técnicos para alterar a percepção, a cognição, a afetividade e o humor. Esta comunicação enfocará as transformações históricas ocorridas na época contemporânea nos recursos de intervenção sobre a subjetividade, cada vez mais plástica em suas possibilidades múltiplas de expressão e, ao mesmo tempo, cada vez mais prisioneira de técnicas condicionadoras, com as fronteiras entre a autonomia e a heteronomia na esfera psíquica sendo objeto de crescente estreitamento, vigilância e transgressão.

3. Thiago Rodrigues (Ciência Política - UFF/ Nu-Sol/PUC-SP/ NEIP) – “Tráfico, Guerra, Proibição”

Hoje, é grande o conjunto de drogas psicoativas proibidas. Há cerca de cem anos, começou o processo de celebração de tratados internacionais que estabeleceram o controle sobre alguns psicoativos e o banimento de outros. A proibição das drogas, no entanto, não se trata de um fenômeno meramente diplomático-jurídico. Ao contrário, trata-se de um acontecimento que sobrepõe e articula alguns planos bastante específicos. Em primeiro lugar, o *plano moral*, no qual se pode encontrar toda a base puritana e moralista que condena o uso de substâncias alteradoras da consciência e que foi, desde o século XIX, o ponto de onde emergiram as demandas pela proibição do álcool e outras drogas; em seguida, o *plano médico-sanitarista* por meio do qual o Estado, compondo forças com a medicina, justificou o controle e/ou proibição de algumas drogas em nome da saúde pública e individual; o terceiro plano é o da *segurança pública*, inaugurado a partir do momento em que a proibição lançou um número significativo de práticas e hábitos na ilegalidade, fazendo funcionar, então, um mercado ilícito que cresceu ao longo do século XX até o ponto de se tornar um fluxo de conflitos transnacionais, o que permitiu com que o proibicionismo sustentasse o despontar de um quarto e último plano, o da *segurança internacional*, com a chamada “war on drugs”. Muitos afirmam que o proibicionismo é uma guerra fracassada; e de fato é se for levado em conta que suas metas de erradicação de um leque grande de drogas e hábitos a elas relacionados não foram alcançadas. No entanto, todos os planos que essa guerra ativa produziram esferas altamente potentes de intervenção política, tanto sobre as condutas individuais quanto sobre grupos sociais criminalizados, quanto sobre países inteiros considerados “países produtores de drogas” e, portanto, passíveis de pressões econômicas e ações diplomático-militares. Estudar a história do proibicionismo pela perspectiva política significa estar atento às táticas de controle e sujeição altamente bem-sucedidas que ele acionou para, a partir daí, poder pensar contra-táticas de resistência.

4. Maria Lucia Karam (Juíza aposentada e LEAP - Law Enforcement Against Prohibition) – “A Lei 11.343/06 e os repetidos danos do proibicionismo”

A criminalização das condutas de produtores, distribuidores e consumidores das selecionadas substâncias psicoativas e matérias primas para sua produção, que, objeto da proibição, são qualificadas como drogas ilícitas, é um dos principais motores das atuais tendências expansionistas do poder punitivo. As Convenções das Nações Unidas e as legislações internas dos mais diversos Estados nacionais nessa matéria, como a nova lei brasileira 11.343/06, são marcadas por uma sistemática violação a princípios e normas garantidores de direitos fundamentais, expressos nas declarações universais de direitos e nas Constituições democráticas.

**Parte 2 – O uso de drogas como fenômeno cultural**

5. “O consumo de psicoativos como campo de pesquisa e de intervenção política: Entrevista concedida por Gilberto Velho a Maurício Fiore”

Na entrevista, realizada quando seu pioneiro trabalho sobre consumo de “drogas” nas classes médias cariocas comemorava 30 anos, o antropólogo Gilberto Velho discorre sobre suas motivações e obstáculos que o levaram a estudar comportamentos socialmente classificados como desviantes. A partir de uma avaliação de seu percurso intelectual, repleto de interlocuções relevantes como, por exemplo, com o sociólogo norte-americano Howard Becker, o entrevistado discute a importância de se estudar o fenômeno do consumo de substâncias psicoativas sob suas múltiplas facetas (filosófica, ética, estética, política etc.) e defende esse empreendimento como fundamental para as Ciências Sociais. Além disso, Gilberto Velho desdobra seus achados e sua experiência de pesquisa para questionar os mecanismos a criminalização das drogas e do seu consumo, apontando para suas consequências são muito deletérias.

6. Maurício Fiore (Doutorando em Ciências Sociais, Unicamp/CEBRAP/NEIP) – “Prazer e Risco: uma discussão a respeito dos saberes médicos sobre uso de “drogas”

O artigo discute a participação dos saberes médicos no debate público sobre uso de “drogas” por meio de duas categorias consideradas fundamentais: prazer e risco. A análise se baseia em pesquisa anterior que investigou como se estabelecem, no debate público, as controvérsias médicas sobre uso de “drogas”. O pressuposto é de que os saberes médicos devem ser entendidos em sua positividade – na acepção foucaultiana – e, portanto, como criadores e organizadores de discursos e também práticas que definem o que é tido como normal e como patológico. A constatação de que o uso de “drogas” propicia um prazer é apenas um aparente consenso, já que há controvérsias a respeito da natureza e da qualificação desse prazer. Para classificá-lo, os saberes médicos lançam mão de atributos como artificialidade e ilusão e, assim, definem limites para as experiências humanas com substâncias psicoativas. O mesmo se passa com o conceito de risco, central na organização das sociedades contemporâneas, mas que, quando aplicado ao consumo de “drogas”, normalmente ofusca sua poderosa consequência política. Como um cálculo que busca administrar probabilidades para o futuro, o risco pressupõe pré-definições daquilo que se quer evitar – o consumo de “drogas”, a dependência, as doenças – e das variáveis que se busca controlar – pobreza, juventude e o próprio consumo de “drogas”.

7. Stelio Marras – (IEB - USP/NEIP) – “Do natural ao social: as substâncias em meio estável”

O artigo pretende situar o conjunto dos textos reunidos no livro em um panorama intelectual contemporâneo (especificamente, *science studies*, a partir de Bruno Latour), de maneira a conformar um experimento reflexivo. Para tal, são introduzidas algumas questões que situem o problema (e a conceituação) das drogas ilícitas em uma perspectiva comparatista, assim sugerindo abertura de controvérsias que permitam uma nova aproximação em relação ao tema. É o caso das questões relativas à produção das drogas lícitas e à eliminação do efeito placebo ou sugestão.

**Parte 3 – Uso de drogas: diversidade cultural em perspectiva**

8. Norberto Guarinello (História – USP) - “O Vinho: uma droga mediterrânica”

Durante milênios, o vinho foi um dos componentes fundamentais da vida das populações às margens do Mediterrâneo (como é ainda hoje). Este texto traça a história da invenção e difusão dessa bebida inebriante e analisa os diferentes contextos sociais de sua produção e consumo nas cidades-estado da Antiguidade clássica.

9. Laércio Fidelis Dias (Doutor em Antropologia – USP/NEIP) – “Usos e abusos de bebidas alcoólicas segundo os Povos Indígenas do Uaçá”

Este texto propõe uma reflexão acerca dos significados do consumo de bebidas alcoólicas a partir de dados etnográficos sobre os Karipuna e os Galibi Marworno que vivem nas Terras Indígenas da região do Uaçá, extremo norte do Estado do Amapá. Já está bem estabelecido na literatura antropológica sobre o tema que, onde quer que um ou mais tipos de bebida alcoólica estejam disponíveis, seu consumo é utilizado para definir o mundo social em termos de significados simbólicos. Toda bebida é um veículo simbólico que carrega uma mensagem. Identifica, discrimina, constrói e manipula sistemas sociais, valores, relações interpessoais, normas e expectativas de comportamento. O argumento central deste texto é o de que a qualificação do consumo como indesejável não está intimamente ligado à quantidade de bebida. As percepções indígenas do excesso indicam que seu valor é ambivalente. Pode ser culturalmente adequado ou inadequado, e é apenas o contexto que define se há excesso e o seu valor.

10. Renato Sztutman (Antropologia – USP/NEIP) – “Cauim, substância e efeito: sobre o consumo de bebidas fermentadas entre os ameríndios”

O intento deste ensaio é relacionar os sentidos da embriaguez para os povos indígenas das terras baixas da América do Sul às reflexões, empreendidas por eles, a respeito da natureza das substâncias que constituem as suas bebidas fermentadas. Optei por focar os grupos de língua tupi-guarani – tanto os antigos (séculos XVI e XVII) como os atuais. Não devo me concentrar no aspecto propriamente “farmacológico” (na composição química) das bebidas fermentadas ameríndias, nem na pura descrição do contexto (“set”) no qual ocorre o seu uso. Tampouco pretendo dissertar sobre os efeitos psicológicos que esse consumo poderia acarretar, tendo em vista uma definição ocidental-moderna do que vem a ser um sujeito. Minha preocupação incide, isso sim, na compreensão de uma espécie de teoria indígena das substâncias fermentadas e, por conseguinte, dos efeitos que estas podem surtir sobre a agência humana ou, em outros termos, sobre os modos de conceber o homem e o mundo.

11. Sandra Goulart (Estudos Culturais – Cásper Líbero/NEIP) – ““Estigmas de Grupos Ayahuasqueiros”

O artigo se detém no caso de grupos religiosos que utilizam uma bebida psicoativa conhecida principalmente pelos nomes de *daime*, *vegetal* ou *ayahuasca*. Ele analisa as transformações da imagem social e dos estigmas sofridos por essas religiões, na sociedade brasileira, desde o seu surgimento até o momento presente. O argumento principal é que dos estigmas de “macumba” e “curandeirismo” foi se passando para a associação destas religiões com o consumo de “tóxicos” ou “drogas”.

12. Edward MacRae (Antropologia -UFBA/CETAD/NEIP) – “A elaboração das políticas públicas brasileiras em relação ao uso religioso da ayahuasca”

Este capítulo compara as tentativas de “controle científico” das religiões Afro-brasileiras, no início do século vinte, com processos políticos atuais envolvendo as religiões ayahuasqueiras do Brasil. Várias similaridades são apontadas entre esses processos, incluindo o papel desempenhado por médicos e antropólogos simpáticos às religiões de transe, seja de possessão, no caso das religiões Afro-brasileiras, seja de vôo xamânico, no caso das ayahuasqueiras. O capítulo termina argumentando que, embora as religiões ayahuasqueiras ainda continuem a ser consideradas pelo viés do discurso biomédico dominante, um estudo mais amplo e crítico de preconceitos sociais, articulada pelas abordagens antropológicas, vem ganhando em força.

13. Edilene Coffaci de Lima (Antropologia – UFPR) e Beatriz Caiuby Labate (Institute of Medical Psychology – Heidelberg University/NEIP) – “A expansão urbana do *kampo* (*Phyllomedusa bicolor*): notas etnográficas”

O uso da secreção da rã conhecida como *kampo* ou *kampu* (*Phyllomedusa bicolor*) como estimulante cinegético e revigorante por populações indígenas do alto e médio rio Juruá foi registrado há mais de 80 anos pelo missionário espiritano Constantin Tastevin. Nos últimos anos o uso da dita secreção alcançou os grandes centros urbanos e teve, como se pode presumir, adensados novos significados. Como protagonistas de várias reportagens jornalísticas ou como palestrantes e aplicadores de *kampo* em congressos xamânicos e clínicas de terapias alternativas, os Katukina são personagens centrais para a compreensão das novas formas de uso da secreção do sapo-verde nos centros urbanos. Neste artigo apresentamos uma etnografia preliminar da difusão do *kampo* pelos Katukina, analisando sobretudo o discurso que eles e seus novos parceiros urbanos têm produzido sobre o uso da secreção como um “remédio indígena”. Um “remédio” muito especial, pois como consta nos materiais de divulgação da aplicação do *kampo*, a substância é usada “tradicionalmente” tanto para eliminar a “má sorte”, a “panema”, quanto a “inveja, a fraqueza e a falta de harmonia com a natureza”, entre outras coisas.

14. Alexandre Camera Varella (Doutorando em História - USP/NEIP) – “Os vícios de “comer coca” e da “borracheira” no mundo andino do cronista indígena Guaman Poma”

Felipe Guaman Poma de Ayala viveu entre as décadas de 1550 e 1620 em regiões centrais do vicerreino do Peru. Índio ladino (sabia falar e escrever em espanhol), autoproclama-se “príncipe” num tratado dirigido ao rei Felipe III da Espanha, carta-pleito para reformas no governo colonial, queixando-se de um “mundo ao revés” onde prevalecia a desordem e os

abusos contra a população camponesa nativa. No manuscrito *Nueva Corónica y buen gobierno*, Guaman Poma nos oferece relatos de valor etno-histórico sobre usos da coca e da bebida chicha no mundo andino, ao mesmo tempo em que recria eventos e pronuncia seus juízos: nas eras antiquíssimas, a bebedeira era inocente e não levava aos vícios de comportamento. Com o domínio dos incas, os quais iniciaram a idolatria e feitiçaria – relacionadas à borracheira e inclusive à origem do uso da coca –, havia, entretanto, rígidas punições aos bêbados e seus crimes. Nos tempos coloniais, por sua vez, não havia aquela ingenuidade promordial e tampouco o controle inca dos vícios em torno da embriaguez. No projeto político de Guaman Poma, a sobriedade primordial junto à justiça dos incas contribuem para pensar uma reforma moral cristã e o governo indígena contra a caótica borracheira de uma promíscua sociedade colonial.

15. Anthony Henman (Fundación Plantas Maestras – Lima/NEIP) – “A coca como planta mestra: reforma e nova ética”

O conceito indígena de que as plantas psicoativas têm verdades para nos ensinar representa a porta de entrada para uma nova atitude ética. Em vez de se caracterizar pelo medo e pela repressão, uma atitude consequente deveria assumir uma defesa da autonomia e da responsabilidade do indivíduo que busca o conhecimento através das plantas e dos seus derivados.

16. Maria Isabel Mendes de Almeida (Sociologia e Ciência Política PUC-RJ/CESAP/UCAM) e Fernanda Eugenio (Doutra em Antropologia UFRJ/CESAP/UCAM) – “Paisagens Existenciais e Alquimias Pragmáticas: uma reflexão comparativa do recurso às “drogas” no contexto da contracultura e nas cenas eletrônicas contemporâneas”

Uma articulação entre as cenas eletrônicas contemporâneas e o consumo de substâncias sintéticas por jovens de camadas médias urbanas tem sido objeto de nossa reflexão nos últimos anos. Entre os resultados desta pesquisa, destaca-se como subproduto a necessidade de estabelecer uma perspectiva comparada com as gerações representativas da contracultura em nossa sociedade, na medida em que acreditamos estar em curso um redirecionamento dos valores, práticas e investimentos subjetivos associados ao consumo de “drogas”. No âmbito deste trabalho, restringiremo-nos a pensar relações de ruptura e continuidade entre estas duas configurações geracionais de juventude, a partir dos seguintes eixos: estetização ou estilização da existência; “horizontalidade” ou “verticalidade” do consumo; “drogas” como bandeira ideológica e rebeldia ou como recurso de diversão e potencialização do bem estar; cultivos subjetivos ligados à problematização da existência ou a uma produção farmacológica de si, que instrumentalizaria as ‘substâncias’ em “combustíveis para a ação”. Afastamo-nos aqui de diagnósticos sombrios que apontam para um vácuo axiológico nas juventudes contemporâneas e sugerimos que o recurso às substâncias constitui arena privilegiada para refletir mais amplamente sobre as transformações subjetivas em curso e a montagem de modelos de cultivo de si pautados pelo consumo como possibilidade de intervenção corporal ativa. Por intermédio do gerenciamento simultâneo de inúmeras frentes de consumo, estes jovens transitam por múltiplas realidades, dotando-as de uma instrumentalidade sempre referida a ocasião e ao contexto. Ou seja, se para as gerações da contracultura o consumo de drogas era acionado como parte de um projeto existencial, para as juventudes contemporâneas tal consumo é um entre vários outros, todos concorrendo

para a “asséptica” edificação de um regime permanente de bem-estar. A ocasião, operando como filtro, fornece simultaneamente a pauta do que é definido como bem-estar, assim como do que é preciso consumir a fim de alcançá-lo. A um bem-estar entendido como situacional, portanto, corresponde um cambiante modo de consumir e de significar o consumo.

17. Tiago Coutinho Cavalcante (Doutorando em Antropologia UFRJ/NEIP) – “O Uso do Corpo nos Festivais de Música Eletrônica”

O objetivo do artigo é apresentar os dados etnográficos recolhidos em dois anos de trabalho de campo que teve como objeto os festivais de música eletrônica. A exposição do material terá como “fio condutor” o conceito de *corpo*, que se apresenta neste contexto como elemento central da estrutura dinâmica da festa. É através de seus usos que se atinge o estado esperado de êxtase. O “jogo de sentidos” trabalha com os diferentes sentidos humanos a fim de harmonizar e tornar inteligíveis e experimentáveis os elementos simbólicos que ressaltam o caráter *experencial* do evento. A música estimula a audição com sons repetitivos e não convencionais. O lugar e a decoração trabalham a visão do participante e o consumo de psicoativos ordena este “jogo de sentidos” interligando elementos aparentemente incompatíveis num “jogo de percepções”. Este particular uso do corpo coincide ainda com movimentos de propagação do individualismo e da expansão da lógica econômica em contextos festivos juvenis.